

CONGRESSO

Governo quer acelerar o trâmite da tributária

Cálculo é votar reforma na Câmara até 15 de novembro e promulgá-la em dezembro

» EDLA LULA

O governo vai propor a simplificação do rito de tramitação na votação da reforma tributária no Senado. Como se trata de proposta de emenda constitucional (PEC), a matéria teria que ser aprovada por três quintos dos membros da Casa, em dois turnos de votação — respeitando o tempo regimental de cinco sessões entre uma votação e outra.

Os líderes do governo acreditam que conseguirão a compreensão da oposição sobre acelerar a tramitação da matéria. Isso porque a intenção do Palácio do Planalto é que o texto siga para apreciação dos deputados até 15 de novembro, a fim de que seja promulgada em dezembro.

O relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou o parecer sobre a reforma na quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Mas, devido a um pedido de vista coletiva, a proposição só será votada no colegiado em 7 de novembro. O texto passará imediatamente à votação em Plenário, seguindo, depois, para a Câmara.

Isso não quer dizer, porém, que o texto a ser votado na CCJ seja exatamente o mesmo apresentado por Braga. Setores afetados pelas mudanças propostas no



Essa taxação foge ao princípio original do imposto seletivo, criado na Inglaterra com o objetivo de punir os produtos nocivos à saúde — por isso se chama “imposto do veneno”. Não é aplicável à mineração, que, aliás, será fundamental para o programa de transição energética”

Raul Jungmann, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração

sistema tributário vêm deixando claras as insatisfações com o relatório elaborado pelo senador.

A Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMS), por exemplo, trabalhará para excluir da proposta o artigo 136. O trecho estabelece contribuições sobre produtos primários e semielaborados para os fundos estaduais de financiamento da infraestrutura.

Ao **Correio**, o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), ex-ministro Raul Jungmann, afirmou que os integrantes da FPMS — entre os quais seu vice-presidente, senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) — articulam a supressão do artigo,

que “vai na contramão de tudo o que a reforma tributária está propondo, como a não cumulatividade e a não incidência sobre as exportações. Está tirando competitividade de um dos principais setores de exportação do Brasil”.

“Imposto do veneno”

Outro dispositivo criticado por Jungmann é a incidência do imposto seletivo sobre mineração. “Essa taxação foge ao princípio original do imposto seletivo, criado na Inglaterra com o objetivo de punir os produtos nocivos à saúde — por isso se chama “imposto do veneno”. Não é aplicável

à mineração, que, aliás, será fundamental para o programa de transição energética”, advertiu.

A principal preocupação é com a cobrança de até 1% sobre a extração desses recursos não renováveis. A proposta estabelece que o tributo será cobrado “independentemente da destinação”. Representa que poderá alcançar vendas internas e externas, o que é visto como um contrassenso.

“O texto é enfático ao dizer que a carga tributária não incidirá sobre as exportações”, observa Jungmann, que também vê redundância na cobrança, uma vez que o setor já paga royalties.

“Em 2021, recolhemos R\$ 10,3 bilhões via CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral). No ano passado, foram R\$ 7,1 bilhões”, observa.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também manifestou preocupação com alguns pontos da proposta de Braga. Entre os pontos, está a ampliação do número de setores contemplados com alíquotas reduzidas de imposto. “A ampliação das exceções implica crescimento da alíquota-padrão do IBS e CBS, prejudicando todas as atividades econômicas sujeitas ao regime geral e, evidentemente, seus consumidores”, diz trecho da nota divulgada pela CNI.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Derrota do governo é recado do Senado

Mais importante escritor brasileiro, Machado de Assis orgulhava-se de ter iniciado suas atividades profissionais como jornalista, aos 20 anos, fazendo a cobertura das sessões do Senado do Império, a partir de 1860. Começou no liberal *Diário do Rio de Janeiro*, sob a direção de Saldanha Marinho. O chefe de redação era Quintino Bocaiuva, de quem se tornou um grande amigo. Sua missão era fazer a resenha dos debates do Senado, além de eventuais críticas teatrais. Essa experiência foi decisiva para o escritor, obrigado a escrever diariamente e enfrentar o grande público, tendo de relatar e refletir sobre os fatos políticos da época.

Com o tempo, deslocou suas críticas dos políticos para a própria instituição, que descreve como vetusta: “Os homens que não são sérios e graves são exatamente os homens sérios e graves”. Machado de Assis registrou a velha política de conciliação entre liberais e conservadores e a emergência dos republicanos, entre os quais viria a pontificar Quintino Bocaiuva.

Embora liberal e abolicionista, Machado compartilhava da opinião de Joaquim Nabuco sobre a monarquia constitucional, cuja corte o acolheu como escritor e personalidade da vida nacional. Por isso mesmo, enaltecia a aristocracia iluminista que pôs de pé o Estado nacional brasileiro, antes mesmo de o país se constituir plenamente como nação. Em 1899, 10 anos após a proclamação da República, escreveu a crônica *O velho Senado*, em que tece suas considerações sobre a vida política no Solar do Conde dos Arcos, no antigo Campo de Santana, local onde o Senado funcionou entre 1826 a 1925.

Essa crônica fez parte da coletânea intitulada *Páginas Recolhidas*, que fez sucesso na época: “Diante daqueles homens que eu via ali juntos, todos os dias, é preciso não esquecer que não poucos eram contemporâneos da maioridade (1840), algum da Regência, do Primeiro Reinado e da Constituinte (1824). Tinha feito ou visto fazer a história dos tempos iniciais do regime, e eu era um adolescente espantado e curioso”, escreveu. Segundo Carlos Castello Branco, traçou para a posteridade “retratos impercíveis dos modelos de sua paisagem humana, entre eles alguns homens excepcionais como Paranhos do Rio Branco, modelo de parlamentar e de homem público que é um paradigma dos grandes vultos que dotaram um país pobre e ainda em formação de figuras titulares”.

“E após ele vieram outros, e ainda outros, Sapucaí, Maranguape, Itaúna, e outros mais, até que se confundiram todos e desapareceu tudo, cousas e pessoas, como sucede às visões. Pareceu-me vê-los enfiar por um corredor escuro, cuja porta era fechada por um homem de capa preta, meias de seda preta, calções pretos e sapatos de fivela. Este era nada menos que o próprio porteiro do Senado, vestido segundo as praxes do tempo, nos dias de abertura e encerramento da assembleia geral”, descreveria Machado. Para arrematar: “Quanta coisa obsoleta!”

NO COMANDO DA PODEROSA CCJ, ALCOLUMBRE PROMETE JOGAR MAIS PESADO COM LULA DO QUE LIRA JOGOU

Alto custo

Na quarta-feira, o plenário do Senado rejeitou a indicação de Igor Roberto Albuquerque Roque para o cargo de defensor público geral federal. Foram 38 votos contrários, 35 favoráveis e uma abstenção. O relator da indicação, senador Humberto Costa (PT-PE), pediu ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para pôr a indicação em votação sem se dar conta de que não teria maioria para sua aprovação. O líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), levou uma bola nas costas, mas não esperneou. As prioridades do governo são outras, numa Casa que se tornou hostil ao Supremo Tribunal federal (STF) e, agora, parte para cima do presidente Luiz Inácio da Silva.

Uma declaração favorável à legalização do aborto foi o pretexto para a derrubada da indicação. Agora, o governo terá que fazer uma nova indicação para a Defensoria Pública da União, que cuida, principalmente, dos mais pobres e das minorias.

Entretanto, o pano de fundo é a sucessão da Presidência do Senado. Pacheco, o político mineiro que durante o governo Bolsonaro foi uma espécie de algodão entre os cristais, apoia a volta do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) ao comando da Casa. Retribui o apoio que dele recebera para se eleger presidente do Senado, sendo ainda um senador em começo de mandato.

Há um realinhamento de forças na Casa. A candidatura de Rogério Marinho (PL-RN) à presidência, contra Pacheco, havia isolado a oposição. Agora, não. Os senadores bolsonaristas já decidiram apoiar a volta de Alcolumbre.

No comando da poderosa Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, agora, joga mais pesado com Lula do que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Se o presidente da República entregou a presidência da Caixa para os deputados do Centrão, o que entregará a Alcolumbre na presidência do Senado? O Banco do Brasil?

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Segundo Jungmann, proposta de reforma tributária puniria a mineração. Como o setor paga royalties, haveria redundância na cobrança de impostos

Articulação para apressar offshores

» ANDREA MALCHER

O governo acredita que conseguirá votar, até 15 de novembro, o projeto de lei que taxa offshores e fundos exclusivos — aprovado na Câmara, na quarta-feira. Segundo o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues, esse período é considera suficiente para que a matéria seja apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa e, na sequência, seja votada pelo conjunto dos senadores.

“O presidente (do Senado, Rodrigo) Pacheco e os demais líderes se comprometeram que assim que chegar esse PL, que virá em regime de urgência, encaminhá-lo à comissão, designar relator e buscar aprovar esse projeto antes do prazo final da vigência da medida provisória (MP), que é em meados de novembro”, explicou.

O texto aprovado é do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) para o projeto enviado pela Fazenda. Incorpora a MP 1.184/23, que trata da incidência do chamado “comercos” em fundos fechados.

Divulgação



A matéria determina que a tributação será sobre rendimentos de aplicações financeiras, lucros e dividendos de entidades controladas no exterior (offshores) devidos aos titulares, e rendimentos e ganhos de capital de bens incorporados a trusts. Pedro Paulo mudou, ainda, regras para cotistas dos

fundos de investimento imobiliário (FII) e no agronegócio (Fiagro), a fim de impedir seu uso como planejamento tributário e elisão fiscal.

A ideia é que a matéria aprovada na Câmara não sofra alterações no Senado. “Trabalharemos para que não [haja mudança]. A eventual

modificação resultaria em retorno à Câmara e não teria tempo hábil para isso, pois a MP caducaria”, disse Randolfe.

O líder do governo deve se reunir com o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), para indicar, até segunda-feira, quem assumirá a relatoria da proposta no Senado.

1.184

é a medida provisória incorporada ao texto enviado pelo Ministério da Fazenda para a taxação de fundos exclusivos e offshores

Deputado Pedro Paulo relatou o PL que, agora, está em apreciação no Senado. Governo quer votá-lo da forma como chegou